



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



PARECER Nº. 004/2023, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Ao Projeto de Lei nº 004/2023, de iniciativa da Mesa diretiva - 2023

1. RELATÓRIO

A Mesa Diretiva desta Casa, em 11 de janeiro de 2023 apresentou o Projeto de Lei nº 004/2023, que “concede aos agentes políticos da Câmara Municipal de Guaíra, a revisão geral anual de 5,93% (cinco virgular noventa e três por cento) no valor real dos subsídios vigentes”.

A matéria foi apresentada na sessão extraordinária do dia 17 de janeiro de 2023, e encaminhada à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para parecer.

Justificam que o presente projeto visa assegurar aos agentes políticos da Câmara Municipal de Guaíra, o direito a recomposição inflacionária, nos índices legais propostos. Está fundamentado nos princípios constitucionais norteadores da administração pública e no cumprimento aos direitos assegurados aos agentes políticos no ordenamento legal.

Considerando a Instrução Normativa 72/2012 TCE/PR, que determina a obrigatoriedade de Lei Municipal que autorize a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores, em 09/04/2020 foi publicada a Lei nº 2133/2020, fixando o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal, bem como a previsão da recomposição inflacionária, cumprindo todo o rito determinado referida instrução normativa, como podemos observar abaixo:

A atualização ora proposta é de 5,93% (cinco virgula noventa e três por cento) calculado pelo índice do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), sobre o salário ou vencimento básico vigente em 31 de dezembro de 2022.

Ressaltamos que o valor decorrente da recomposição inflacionária para o subsídio do Vereador não excede os 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, e também não ultrapassa o montante de cinco por cento da receita do Município;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



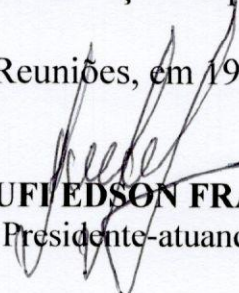
Assim, o apoio dos Senhores Vereadores para aprovação em Plenário é de vital importância, vez que a união de todos em busca das melhorias necessárias, marcará uma administração profícua e realizadora.

O parecer Jurídico nº 04/2023-I do Advogado Público desta Casa, que segue acostado, aponta que ao discorrer os marcos legais para o trâmite, não haver óbice ao trâmite da matéria, para o exercício amplo da atividade parlamentar legitimamente constituída. A proposição está constitucionalmente elaborada, bem como atendendo a Lei Complementar 95, de 26/02/1998, com redação adequada.

2. VOTO DO RELATOR

Considerando que o presente projeto de lei está adequado à Legislação vigente e tendo em vista a relevância da matéria em questão, voto pela possibilidade de tramitação do projeto de lei nº 004/2023

Sala de Reuniões, em 19 de janeiro de 2023.

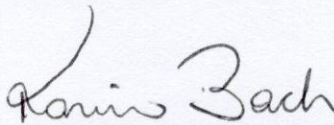

RAUFI EDSON FRANCO PEDROSO
Presidente-atuando como Relator

3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

A vereadora Karina Bach, Secretária da Comissão, acompanha o voto do relator, de forma que o Projeto de Lei nº 004/2023 de iniciativa da Mesa Diretiva desta Casa, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 19 de janeiro de 2023.

GIVANILDO JOSÉ TIROLTI
Relator-ausente na reunião


KARINA BACH
Secretária

*Lido em Sessão Extra
20/01/2023*